

Codesp planeja comprar suas ações

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) pretende comprar todas as ações da empresa que estão com acionistas minoritários. O plano já preocupa esses acionistas, que tem

mem pelo futuro da estatal que administra o Porto de Santos. Os minoritários pretendem recorrer à Justiça para evitar a perda dos papéis.

Os planos da Autoridade Portuária serão apresentados aos acionistas na próxima sexta-feira,

durante uma assembleia convocada ontem. A reunião vai acontecer a partir das 10h30, na sede da Docas, que fica no Macuco, em Santos.

A Codesp foi criada, em 1980, como uma sociedade de economista mista, uma empre-

sa com acionistas públicos e privados. A quase totalidade de suas ações – 99,97% – está com a União, que, dessa forma, tem o controle e o poder decisório. O 0,03% restante está distribuído entre mais de 100 acionistas minoritários, entre pessoas físicas e jurídicas.

Entre eles, está o presidente do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos. Para ele, a medida é preocupante. O sindicalista é dono de ações e também responsável por gerir as cotas da entidade laboral. “O que nos preocupa é não saber o que será feito com a empresa daqui para a frente. O (Ministério do) Planejamento colocou a Codesp no rol das empresas que devem ser privatizadas. Tomar todas as ações pode ser o primeiro passo para isso”, afirmou.

Diante das incertezas em torno dos planos do Governo Federal, acionistas minoritários prometem recorrer à Justiça. Para isso, planejam ingressar com ações individuais e coletivas.

Os planos da Docas incluem apenas o resgate das ações de acionistas minoritários. Assim, estados e municípios forem acionistas da estatal que administra o Porto não terão seus papéis adquiridos pela União.

O advogado José Francisco Paccillo, presidente da Associa-

ACIONISTAS

O grupo de acionistas minoritários da Codesp conta, atualmente, com os mais diversos participantes – de empregados da companhia a antigos membros da diretoria, políticos, advogados, sindicalistas, empresários do agribusiness e do setor de navegação, órgãos públicos (como a Prefeitura de Santos) e entidades benemerentes (a Santa Casa da Misericórdia de Santos).

ção dos Acionistas Minoritários da Codesp, é totalmente contra a medida. Por conta disso, pretende recorrer à Justiça para impedir a realização da assembleia.

Segundo Paccillo, esta é uma represália contra a representação da entidade junto à Procuradoria Geral da República. Os acionistas denunciam irregularidades no processo arbitral de negociação da dívida de mais de R\$ 1 bilhão do Grupo Libra. Além disso, o advogado também aponta o fato de que as contas da Codesp referentes ao ano de 2017 ainda não foram aprovadas pelos minoritários.

“Estamos na contramão da história. Isto vai contra todos os conceitos de *compliance*, transparência e assepsia. Grandes companhias incentivam a participação de acionistas. Aqui, querem colocar tudo debaixo do tapete”.

CAPITAL

Hoje, o capital social da Autori-

dade Portuária é fechado e as ações da Codesp não são negociadas em bolsa de valores. Mas podem ser comercializadas por seus proprietários – o que ocorre eventualmente. Tal transação, porém, não tem caráter financeiro, uma vez que o valor desses papéis dificilmente ultrapassa a casa dos centavos de real.

“O que a gente sabe é que a União deu a ordem para a Codesp comprar. O valor é insignificante, não dá nem um real, mas a questão não é essa. Eles querem ter as ações 100% públicas para abrir na bolsa ou privatizar a Companhia mais para frente”, explicou o presidente do Sindaport, Everandy Cirino dos Santos.

Nos corredores da empresa, ainda há o temor relacionado às novas regras que serão adotadas na empresa. Uma delas está relacionada à permanência de trabalhadores admitidos na década de 80 sem concurso público.

A Codesp destacou que a realização da assembleia geral extraordinária dos acionistas, cumpre determinação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC). “Quanto aos impactos e implicações só serão avaliados e dimensionados após sua definição”.

Procurado, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não respondeu aos questionamentos da reportagem até o fechamento desta edição.